

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº

**, DE 2007.**

Do Sr. Paulo Pimenta

Solicita informações ao Sr. Ministro da Educação, acerca dos convênios, e ou projetos, originados de emenda parlamentar e ou transferências de recursos públicos para UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, em Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul no período compreendido entre os anos de 1998 e 2006.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Educação, as seguintes informações e esclarecimentos:

- 1) Relação dos projetos, com respectivos planos de trabalho, relatório técnico e execução orçamentária detalhada, financiados a partir de recursos provenientes de emendas parlamentares, e ou transferências de recursos da União para UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, entre os anos de 1998 e 2006.

- 2) Identificação dos coordenadores e dos gestores dos projetos com as respectivas prestações de contas detalhadas, em especial pagamentos e contratações realizadas.
- 3) Cópias dos contratos ou convênios firmados entre a UFSM e as fundações de apoio FATEC e FUNDAE, relacionados a projetos financiados com recursos de emendas parlamentares ou recursos da União.
- 4) Documentos comprobatórios da análise das prestações de contas com as respectivas atas de aprovação ou reprovação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A 3ª Vara Federal e o Juizado Especial Criminal da Subseção Judiciária de Santa Maria, investigam possíveis condutas ilícitas verificadas na relação da UFSM com as fundações de apoio FATEC e FUNDAE.

As condutas ilícitas verificadas giram em torno de uma fraude central, qual seja, mediante dispensa de licitação, das Fundações de apoio vinculadas a UFSM, supostamente amparada no artigo 24, XIII, da Lei 8.666, para realização de atividades diversas. Parece evidente o mecanismo de burla à regra geral de licitação para as contratações e convênios a serem estabelecidos pelo

poder público, com fortes indícios de triangulação de dinheiro público, para beneficiar interesses privados.

Diante disso, justifica-se o presente requerimento para que o poder legislativo receba as informações necessárias que permitam o acompanhamento dos fatos em questão.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2007

Deputado Paulo Pimenta